



Prof. José Gregori, tomou posse dia 3/6 no Pal. Bandeirantes. Será o novo Secretário da Participação e Descentralização. BOM TRABALHO!

Porandubas



Forã'duba: "causo", informação (em língua tupi)

Jornal da Comunidade Universitária — PUCSP — Ano IX 4/Junho/1985

Quarenta H.

Na reunião de 29/5 do Conselho de Administração e Finanças, às 16. 55 h., perante uma audiência de 100 tenos funcionários, foi decidida a implantação da jornada da jornada máxima de 40 h. semanais de trabalho para os funcionários da PUC. A decisão ocorreu dentro do acordo coletivo feito com a AFAPUC e foi recebida com palmas gerais e irrestritas. A Reitoria já havia declarado à nossa reportagem estar disposta a aceitar a proposta, com a condição de que não houvesse novas contratações. Também ficou mantida a proporção de redução da jornada para os funcionários da mesma função que trabalhavam menos de 40 horas.

Prof. Alípio, Vice-Reitor Administrativo alertou para o fato de que esta redução (os cálculos provisórios apontam para cerca de 2.000 horas semanais) não venha a reduzir a eficiência nos serviços.

Sobre isto, Rocha — presidente da AFAPUC — afirmou "o compromisso dos funcionários de manter, e se possível até aumentar, nossa produtividade". As chefias têm até 20/6 para avaliar a adequação de horários, para que a implantação das 40 horas seja feita a partir de 1/juho.

Na semana anterior, o CAF havia decidido acerca da data-base para os funcionários do Hospital Santa Lucinda, de Sorocaba. Assim, em 85 a perda de 22 dias (a data-base de lá é 22/maio) será resposta em 2 etapas, no pagamento de maio e de novembro. Em 86 a data-base será 1º/maio, como para os outros funcionários. Trata-se da conquista de uma reivindicação antiga e mais que justa. Outra decisão do CAF é a concessão da semestralidade para todos os funcionários e, segundo o prof. Alípio, "só falta ver a fórmula para concretizar a medida".

86 Por Cento?

Fala-se em reajuste de mensalidade do 2º semestre pelo índice de 86%. Embora não se tenha a cifra certa, é garantido que a notícia já causou movimentações nos últimos 15 dias. A princípio difícil, agora o recolhimento dos carnês aumenta de volume. Uma surpresa: o curso de Fono está sendo dos mais mobilizados. Cartazes, emissões de rádio, passeatas internas acabaram culminando dia 30/5 com uma passeata (o JT falou em 200 pessoas, a Folha em 500) que foi da Dr. Arnaldo até a Brigadeiro, ocupando uma pista de cada lado da Paulista. Houve até o abalroamento da "Rô", de História e mais outra pessoa, mas está tudo bem. Depois disso, prossegue o recolhimento de carnês e os estudantes esperam negociar em bloco, sem comissão, com a Reitoria. Esta, através do prof. Alípio, reconhece a justeza da reivindicação, que vem acompanhando de perto. Em carta de 31/5 enviada aos alunos, a Reitoria afirma que está fazendo apenas um reajuste e não um "aumento abusivo". Revela também que os livros estão abertos para qualquer verificação. Afirma ainda que tem sido feito enorme esforço no sentido de se obter mais verbas e garante a manutenção da dotação de bolsas para aqueles que necessitarem, bem como a melhoria da qualidade do ensino. A Reitoria termina reafirmando a necessidade de diálogo através dos colegiados e das entidades para que assim se chegue a formas mais adequadas à gestão econômica da PUC, dentro de um espírito de co-responsabilidade de todos os segmentos.

Paridade. Já!?

A reunião dos 4 Conselhos Superiores da PUC no dia 29/maio, inicialmente programada para discutir alternativas para a gestão econômico-financeira da instituição, acabou se transformando num debate sobre a adoção da representação paritária em todas as instâncias máximas da PUC (CONSUN e CEPE ainda não são paritários).

Dada importância da questão o PORANDUBAS teve sua edição antecipada e dobrado o seu número de páginas. Confira a partir da pág. 3 as várias posições sobre o assunto.

Lourival

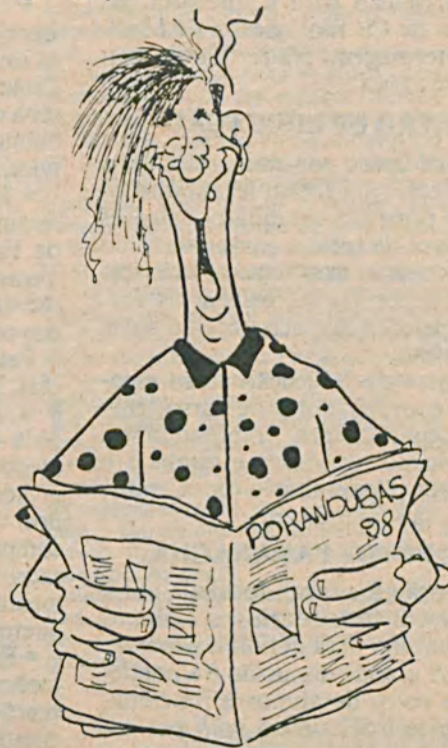
Na madrugada de 27/5 faleceu o funcionário Lourival Rodrigues Almolda, aos 34 anos. Ele fora submetido a cirurgia neurológica e morreu devido a uma parada cardíaca pós-operatória. Lourival, que trabalhava há apenas 6 meses na PUC, era zelador da quadra do campus Monte Alegre.

...FUNCIONÁRIOS DA PUC FAZENDO ARMÁRIOS, CARRETAS, GALINHEIROS,...



Ilustrações Hilton Mercadante (Jornalismo)

TAÍ A SOLUÇÃO PRA CRISE! É SÓ ABRIR UMA CARPINTARIA!!



MERCADANTE

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
Acaba de ser instaurado Processo Administrativo para apurar irregularidade. Confira nas "CURTAS".

Eleições

Em que Pé Estamos?

São muitas eleições ao mesmo tempo e cada uma delas com suas especificidades. Procurou-se descentralizar o máximo possível, criando comissões eleitorais em várias instâncias, o que parece ter ajudado um pouco na organização do processo. Mesmo assim uma certa confusão em alguns momentos parece inevitável.

Na matéria abaixo damos um panorama do processo eleitoral quase geral que estamos vivendo nestas semanas.

CONSELHOS SUPERIORES

As eleições para o Cons. Comunitário e para o Cons. de Adm. e Finanças ainda não têm data marcada. O primeiro já tem a sua comissão eleitoral e o segundo deve indicá-la dia 5/junho, obedecendo à decisão do Conselho Universitário sobre sua composição. Para cada um destes conselhos serão eleitos 10 alunos, 10 funcionários e 10 professores.

Já os representantes para o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino e Pesquisa estão sendo escolhidos dentro do processo eleitoral dos Centros Universitários, respeitando a composição prevista no Estatuto vigente. Caso a proposta de paridade nestes dois órgãos seja aprovada (conf. pág. 3 a 5 desta edição) pensar-se-á nas adequações possíveis.

Responde por estas eleições, em última instância, a Comissão Geral Eleitoral, subordinada ao CONSUN e presidida pelo prof. José J. Queiroz (Vice-Comunitário do CJEA).

SOROCABA

As eleições foram adiadas para os dias 17 a 21/junho. A comissão eleitoral ainda não foi formada e a grande discussão é a reivindicação de paridade no Conselho Departamental pelos alunos.

Haverá eleição para a diretoria das faculdades de Ci. Biológicas e de Medicina e Enfermagem. Não se fala de candidatos até agora.

CENTRO DE EDUCAÇÃO

O pessoal optou por uma prévia (28 a 30/maio) em que foram levantados os nomes de possíveis candidatos, através de voto livre de toda a comunidade do Centro. As pessoas mais votadas, serão candidatas, cumpridas as exigências formais, às eleições que acontecerão entre 17 e 19/junho.

No Centro de Educação serão escolhidos os coordenadores de curso, chefes de departamento, representantes nos colegiados superiores e também o Vice-Diretor Comunitário do Centro, que ainda não foi indicado.

MARQUÊS DE PARANAGUÁ

A Comissão Eleitoral, formada por 2 professores, 2 funcionários e 2 alunos vem se reunindo para definir o processo eleitoral. A grande discussão é a ponderação dos votos de alunos e funcionários: os primeiros querem voto por cabeça, enquanto os outros querem uma ponderação em 1/3 para cada segmento. Já o Conselho Departamental acha que os funcionários não devem votar. A comissão eleitoral vai decidir.

O diretor do Centro, prof. Alésio, durante reunião do CONSUN (30/5) informou ao PORANDUBAS que as eleições para a diretoria de faculdade e chefias de departamento ocorrerão nos próximos dias, mas que a escolha dos representantes nos Colegiados Superiores ficará para mais tarde.

JURÍDICAS, ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS

Este Centro foi (e continua sendo) palco de intensa mobilização política visando as eleições; muitos debates foram realizados e estão programados, tanto pela FEA como pela Faculdade de Direito. Domingos e madrugadas têm sido "varados" sem cerimônia pelas articulações. Mas de concreto temos o seguinte:

• **Fac. de Direito:** Até o fechamento desta edição a Comissão Eleitoral não tinha sido formada ainda. Mas já havia 3 chapas para a disputa da diretoria da Faculdade, encabeçadas respectivamente pelos profs. Pedro Cunha, Clito Fornaciari e Cláudio De Cicco. Os estudantes, por seu lado, não estão satisfeitos com nenhum deles e pensam num 4º nome.

• **Fac. Eco. e Adm.:** As inscrições de candidatos encerraram-se no dia 30/maio e as eleições serão dias 12 a 14/junho. Para a direção da Faculdade duas chapas se apresentaram: 1 - prof. Laudio Fabretti e José Bataglia (vice) 2 - Sebastião Ferreira Santos e Marcio Percival Alves (vice).

CENTRO DE HUMANAS

É o Centro mais complexo pelo seu grande número de faculdades e departamentos, mas a criação de comissões eleitorais por faculdade parece ter dado certo. A situação é a seguinte:

• **Fac. Comunicação e Filosofia:** Inscrição de candidatos de 3 a 5/junho e as eleições marcadas para 10 e 12/junho. Estão acontecendo debates e já surge uma chapa para a diretoria da faculdade: Salma Tannus (reeleição) e Laís Furquim (vice).

• **Fac. Ciências Sociais:** Eleições ocorreram em 30/maio e a nova diretora da Faculdade é a profa. Maura Pardini Veras tendo como vice Ilana Blaj. Na próxima edição daremos a lista completa dos novos chefes de departamento.

• **Fac. Psicologia:** Eleições acontecendo dias 3 a 5/junho. A novidade na Psico é a exigência de quorum mínimo de 50% + 1 do total de eleitores para que o pleito seja validado. Para caracterizar a vitória serão exigidos também 50% + 1 dos votos válidos. Caso os índices de comparecimento às urnas sejam considerados muito baixos pelo Cons. Departamental, será solicitada a nomeação do diretor da Faculdade pela Reitoria.

• **Fac. de Serviço Social:** Realiza dia 4/junho às 19.30h., na sala 134 uma Convenção, para a indicação de candidatas à diretoria e departamentos. Eleições dias 13 e 14/junho.

PÓS GRADUAÇÃO

As eleições para os novos Coordenadores dos 23 Programas de Pós Graduação acontecerão nos dias 10 a 15/junho e a lista de candidatos pode ser procurada no setor.

A escolha dos representantes nos Colegiados Superiores acontecerá nos mesmos dias, mas o prazo de inscrições de candidatos vai até hoje (4/junho).

Vai-e-Vem

Cartas & Respostas

CARTA
AOS
ALUNOS

A Reitoria, desde que assumiu a gestão da Universidade em novembro último, vem encaminhando soluções aos seus problemas de acordo com seu programa de trabalho, pelo qual foi eleita, e em constante diálogo com todos os setores.

Nas últimas semanas, vimos acompanhando o movimento dos estudantes em torno da questão do reajuste das mensalidades. Reconhecemos a preocupação natural dos alunos com o índice a ser aplicado, sobretudo aqueles de renda pessoal ou familiar reduzida. Esta preocupação também é nossa. Como resolvê-la?

A PUC está cara. O custo de vida está caro, nessa economia brasileira em dramática crise. Alguns alunos dizem que vai haver aumento "abusivo" das mensalidades, e um volante distribuído até fazia as contas da "lógica do roubo".

Não se pode chamar de "abusivo" ou "roubo" aquilo que é de fato um reajuste. Não queremos aumento. Mas para fazer sobreviver a Instituição é preciso ao menos recompor a perda inflacionária das suas receitas.

É evidente que a PUC não pode arcar com o ônus gerado pela política econômica federal dos últimos 20 anos.

Deveria ser corresponsabilizada, sim, se fosse uma empresa acumuladora de lucros. Mas nossos livros estão abertos, o Conselho de Administração e Finanças (CAF) já é paritário, e a única saída é o maior comprometimento dos Governos Federal e Estadual, dotando-nos com verbas orçamentárias. Neste sentido, tem havido enorme esforço da PUC, ao lado de outras Universidades Católicas, na busca de novas verbas e esperamos que alunos, professores e funcionários se comprometam com essa luta.

Enquanto não temos essas verbas, vamos prosseguir com nossos compromissos estritos de não baixar a qualidade do ensino para resolver nossa crise financeira. Pelo contrário, estamos adotando políticas para melhoria dessa qualidade, que ainda é insatisfatória.

Vamos prosseguir com as dotações do nosso orçamento para Bolsa de Estudos para alunos, e dotações para Pesquisas dos Professores, visando a melhoria da qualidade de ensino. E estamos implementando um Setor específico para captação de novos recursos para Bolsas.

Neste momento, reduzir o custo da semestralidade para todos os alunos é tornar inviável a Instituição, além de ser medida injusta socialmente: favoreceria os que poderiam pagar e desfavoreceria os que não podem.

Estamos firmemente empenhados na proposta feita às entidades e aos Colegiados, no sentido de avançar a discussão sobre a natureza da nossa Universidade, como qualificar o ensino e ampliar a pesquisa e os serviços, e sobre quais as formas mais adequadas à gestão econômica da PUC/SP.

Estamos dispostos a receber outras sugestões e temos a certeza de que os estudantes poderão dar sua contribuição co-responsável à nossa Instituição no quadro dos interesses gerais da comunidade Universitária.

São Paulo, 31 de maio de 1985
A Reitoria

Dados
Orçamentários

À Comunidade da FEA,

Com referência à notícia veiculada pelo jornal Porandubas de 07 de maio de 1985 de que proposta de criação do curso de Análise de Sistemas não teria sido aprovada por "Total falta de dados orçamentários no processo" é completamente inverídica, pois todos os dados orçamentários constam do processo encaminhado ao CEPE e ao CAF.

Esta direção lamenta os termos da notícia publicada já que os fatos a contradizem frontalmente.

São Paulo, 07 de maio de 1985.

(Prof. Martinho Maurício Gomes de Orneias
Diretor da FEA)

RESPOSTA

Para que o leitor possa tirar a própria conclusão, este jornal apresenta excertos do parecer apresentado no CAF, referentes à questão orçamentária. Ressaltamos que este parecer foi aprovado sendo incluídos representantes do CAF na comissão do CEPE que já analisa o mesmo projeto de curso de Análise de Sistemas:

1- Proposição da contratação de 5 professores em tempo integral (9.1 pg. 51) para o primeiro ano do curso, para administrar 44 aulas (2 turmas com 22 créditos) (10.1.2 pg. 43). Assim cada professor daria uma média de 8 aulas para um contrato de 40 hs.

4- Não estão computadas despesas com aparelhagem e nem garantida a doação. Pelo menos a manutenção devia estar prevista (pg. 45).

5- A taxa de evasão (5%) está aquém da taxa prevista pela Universidade que é de 10%.

7- O orçamento deve ser realizado com a conversão do cruzeiro para ORTN.

9- Não está prevista sala para aparelhagem. Não há nenhuma análise sobre a questão do espaço físico.

11- A previsão da carga horária para coordenador de curso, vice, chefe de departamento é alta. São 5 áreas a partir de 1986. (pg. 40 - 10.1.4).

12- Não há avaliação se o nº de aparelhos propostos é suficiente."

relatora: Profª SÔNIA Mª Iglori

Tancredo

"A família de Tancredo de Almeida Neves agradece sensibilizada as preces, as demonstrações de carinho e as expressões de solidariedade recebidas" (Mensagem enviada à PUC em 23/5/85).



CORTEZ
EDITORA E LIVRARIA

No andar térreo,
ao lado da rampa,
você encontra o livro que procura.

Na **BARTIRA, 387**

- A sua bibliografia completa
- Atualização permanente de lançamentos
- Seção de livros infantis
- Artigos de papelaria.

- Um ambiente mais tranquilo e silencioso
- Maiores facilidade de pagamento,
- e a certeza de um bom atendimento.

Se preferir, **USE** nosso serviço de encomenda de livros pelo telefone: **(011) 864-0111**

(Até às 22:00 horas)

Suplemento PARIDADE

Sobre a Paridade

1. Pensamos que o princípio da paridade, é o coroamento da evolução do projeto de participação da comunidade na gestão da Universidade.

2. Tem havido manifestações de setores expressivos da Comunidade no sentido de aceitarmos já como um compromisso político e irmos testando na prática a sua aplicação, deixando reparos e modificações para serem efetuados no processo de sua execução.

3. O peso Institucional e a legalidade atuais, mesmo admitindo-se sua ilegitimidade, definem inevitavelmente a validade dos atos elaborados pelos Colegiados. É preciso, pois, considerar o assunto convenientemente, para evitar que esses atos não sejam inquinados de ilegalidade posteriormente à prática da paridade, inviabilizando academicamente o andamento da Instituição.

4. Segundo opinião de juristas, "bastaria a revogação do artigo 5º da Portaria nº 1.104/79 pelo Ministro da Educação, para remover-se o único obstáculo jurídico à composição paritária dos órgãos colegiados das Universidades; eis que inexistem dispositivos legais outros que tratem de proporção de representantes de segmento da comunidade universitária nestes órgãos" (vide artigo do Fábio Ulhoa Coelho neste número do Porandubas). Seria bom que as Entidades, a nível nacional, regional e local, bem como a Comunidade como um todo iniciassem um movimento de pressão sobre o MEC no sentido desta revogação.

5. Ademais da questão legal, ressalta-se a questão da funcionalidade dos Colegiados, neste período de transição e enquanto não tivermos aprovados os novos Estatutos. É necessário estudos substanciais que formulem as formas e mecanismos adequados e flexíveis para a sua implantação no período de transição.

6. Apesar de haver um consenso geral, do qual participamos, a favor da paridade, percebemos que um grande contingente de membros dos três segmentos ainda não refletiu suficientemente sobre a questão. É indispensável uma ampla reflexão que possibilite explicitá-la e amadurecê-la na consciência de todos, para sua melhor utilização.

7. Aceita a sua aplicabilidade desde logo, coloca-se como fundamental a questão da representatividade. Os professores já estão em eleições e indicando os seus representantes por voto universal. As regras eleitorais valem para todos indistintamente e são estabelecidas por uma Comissão Geral. Pensamos que elas devem valer para todos os segmentos, desde que esta Comissão Geral representa o órgão competente para estabelecê-las (CECOM). Nesta direção, convocamos os estudantes e os funcionários para refletirem, juntamente com ela, como deva ser a representação nos seus segmentos e quais as normas específicas para as suas eleições.

8. A paridade é um tema controverso e apaixonante. Constitui-se uma surpresa para nós constatar que também neste ponto a PUC/SP foi pioneira: uma decisão do Conselho Universitário deliberou favoravelmente à sua implantação, já nos idos de 1968. Porém, a legislação pós-Reforma Universitária impediu a sua aplicação.

9. A reivindicação permaneceu e tem sido apresentada com mais vigor por membros dos três segmentos - com ênfase no movimento estudantil - nestes últimos anos. Um reflexo mais profunda sobre o seu significado aconteceu durante os trabalhos da Comissão Constituinte, mas não atingiu o universo da comunidade universitária como um todo. Naquela oportunidade, houve um consenso entre os constituintes no sentido de aprová-la para a composição dos Colegiados Superiores, ainda que não suficientemente analisada em todas as suas implicações de

Ó DEUS, TENDE
PARIDADE DE NÓS!!



conteúdo e operacionalização. Pretendeu-se, ademais, que ela fosse implementada no CONSUN e no CEPE, após o aceite dos novos Estatutos no MEC. Posteriormente ela passou a vigorar na constituição do CECOM e do CAF, nos quais essa prática vem mostrando ser viável, com acertos e dificuldades.

10. Em termos históricos, vale registrar ainda que alguns setores da Universidade (Departamentos, Faculdades, Coordenações de cursos etc.) já a executam em suas atividades normais, e a avaliação aponta que ela tem sido valiosa e produtiva, fundamentando a tese de que a sua eficácia cresce quando empregada em âmbitos mais restritos e em função de interesses mais concretos.

11. Neste momento, os estudantes, através de representantes de suas Entidades, estão defendendo com ardor a imediata aplicação da paridade, contando com o apoio de representação dos funcionários. Na apresentação

dos pedidos encaminhados por estes setores, eles mesmos ressaltam algumas preocupações em torno das formas de organizá-la e em torno da garantia da legalidade das decisões a serem tomadas. Alguns professores, aceitando a idéia, mostram-se também preocupados principalmente com o seu funcionamento na prática e com os efeitos nas decisões dos Colegiados que precisam ser ágeis e têm um ritmo próprio.

12. Essa a contribuição que, como Reitoria, gostaríamos de oferecer à comunidade, neste momento, sobre esse assunto de fundamental importância para a vida da PUC/SP.

São Paulo, 31 de maio de 1985

A Reitoria

"Evitar Precipitação"

É a preocupação de uma "comissão de reflexão" formada pelos professores Leila Barbara, José J. Queiroz e Dermeval Saviani, por indicação do Conselho Universitário, já no final de sua reunião de 30/ maio. Durante a sessão daquela manhã discutira-se a questão da representação paritária de alunos, professores e funcionários no CONSUN e no CEPE, surgida no dia anterior (29/maio) na reunião dos 4 Colegiados Superiores da PUC (conf. 1ª página). Chegara-se, mesmo a aventar a hipótese de suspensão das eleições para estes 2 colegiados, com prorrogação do mandato dos conselheiros até setembro deste ano. Constatada a gravidade de uma decisão deste tipo, dado o adiantado da hora e o pequeno número de conselheiros ainda presentes, nada se decidiu sobre o assunto; mas indicaram-se os 3 professores citados acima, para refletirem sobre a questão e apresentarem sugestões.

ALGUMAS PREOCUPAÇÕES

Na tarde do dia 30, por telefone, ainda reunidos, Leila, Queiroz e Dermeval passaram ao PORANDUBAS suas primeiras reflexões:

1. — Não se coloca em dúvida a validade da proposta de paridade: ela deve ser adotada. O problema é como implementá-la, tendo em vista que ela aparece meio ao atropelo. Os órgãos em questão não podem parar de funcionar à espera de uma definição: há processos e decisões que precisam ser implementados e que são compromissos inadiáveis. Trata-se de órgãos técnicos de educação que não podem interromper seu funcionamento assim. Se elegermos a Assembleia Nacional Constituinte o Brasil pára, à espera da nova Carta?

2. — A expectativa geral era de que a discussão da paridade fosse feita de baixo para cima, num processo amplo; de repente, fomos pegos de surpresa para nos manifestarmos sobre o assunto, durante uma reunião que havia sido convocada para discutir problemas financeiros da PUC. Os conselheiros não tiveram tempo, sequer, de consultar suas bases e muito menos pensar formas de implantação da proposta.

3. — A definição da composição do CEPE, no caso de aprovada a paridade, também preocupa. Ali discutem-se problemas educacionais setorializados, o que exige a participação de várias áreas do Conhecimento (que é garantida agora através da representação das Faculdades). Este aspecto é importante tanto quando se pensa na representação docente como na discente.

4. — Como seria o engajamento e o trabalho dos 3 segmentos no que diz respeito aos pareceres técnicos que o CONSUN e o CEPE têm que apresentar? Esta atividade envolve não apenas a representatividade dos conselheiros mas também o seu conhecimento técnico da área, domínio de níveis acadêmicos e vivência dos problemas educacionais.

Estas são algumas preocupações, haverá outras, que terão que ser debatidas em profundidade, para que possamos levar a bom termo este processo".

Porandubas

R. Monte Alegre, 984 — cep. 05014
Tel. 263.0211 ramal 227

Equipe: Jorge Claudio Ribeiro (M. Tb. 11.650)

Roberto C. Barreiro Fº (M. Tb. 3.038)
Edison Mendes de Almeida (M. Tb. 15.237)

Diagramação: Mauro Laguna
Composto e Impresso: Editora AFA

A questão da paridade veio à baila, logo após a abertura da reunião dos 4 Conselhos Superiores da PUC, feita pelo Reitor, prof. Wanderley, um pouco depois das 11h. da manhã de 29/maio. Depois de uma avaliação das possibilidades de gestão da universidade e uma análise da conjuntura da política educacional, ele colocou a necessidade de se definir a posição da comunidade quanto à aprovação ou não do Novo Estatuto pelo Cons. Fed. de Educação e quanto à composição dos órgãos colegiados máximos da universidade; o caráter político desta opções, segundo ele, condiciona o estabelecimento de uma estratégia de ação quanto aos problemas econômico-financeiros.

Falando em seguida, o estudante Carlos Cavalcanti colocou em discussão questão da paridade e o debate tomou este curso, aliás anunciado, horas antes, pelo mesmo estudante, à reportagem do PORANDUBAS.

A Questão da Paridade

Dermeval Saviani (Pós-Educação)

1. POR QUE PARIDADE?

A direção do DCE da PUC-SP encontra-se engajada numa campanha para implantar a paridade na gestão de nossa universidade. Em que se funda essa pretensão? Qual o argumento que está na base dessa campanha?

Obviamente o argumento de fundo é a democratização da gestão da universidade. Se a universidade deve ser administrada democraticamente e se a democracia implica igualdade de participação por parte de todos os seus membros, então os estudantes devem participar em igualdade de condições com os professores nas decisões concernentes aos destinos da universidade.

O desejo de democratizar as relações de poder na sociedade e, por consequência, na universidade constitui, sem dúvida alguma, uma aspiração não apenas louvável mas legítima. Cabe, porém, indagar sobre a consistência da tradução dessa aspiração na forma da paridade. Limite-me aqui a colocar alguns pontos para discussão já que o espaço que me foi reservado não me permite desenvolvê-los e aprofundá-los.

1.1. O PONTO DE VISTA EDUCACIONAL

Dado que a universidade é uma instituição educativa cabe indagar, em primeiro lugar se, do ponto de vista educacional, a defesa da paridade é sustentável. Como já foi dito, a paridade implica igualdade de condições entre professores e alunos. Parte, pois, da consideração de que ambos devem ter tratamento igualitário.

Ora, a relação educativa não é, no ponto de partida, uma relação entre iguais. Ela supõe a desigualdade no ponto de partida e a igualdade no ponto de chegada. Assim sendo, a paridade, ao supor que as condições de igualdade já estariam instauradas desde o início, não estaria assumindo uma atitude de fato pseudo-democrática? Não seria então, um engodo? (Desenvolvo um pouco mais esse ponto em meu artigo "Escola e democracia: para além da teoria da curvatura da vara", Revista da ANDE, nº 3, 1982).

1.2. O PONTO DE VISTA POLITICO

Dir-se-ia que a questão da paridade é uma questão política já que diz respeito às relações de poder na universidade. Ela se justificaria tendo em vista as características da relação política não devendo, em consequência, ser aferida a partir dos parâmetros postos pela natureza da relação pedagógica.

Cabe, pois, indagar: do ponto de vista político é sustentável a proposta da paridade?

Ora, em termos políticos o que entra em confronto são interesses diferentes e, mesmo, antagônicos que se expressam a nível de visões também diferentes de sociedade e, no nosso caso, de universidade. Em termos sociais mais amplos, as diferentes propostas de sociedade se organizam em partidos e disputam com outras propostas a preferência do conjunto da sociedade. No âmbito da universidade também diferentes propostas podem disputar a preferência do conjunto de seus membros e lutar para se manter, caso esteja em vigência ou, em caso contrário para vir a prevalecer.

Obviamente, não seria admissível supor que a democratização da sociedade se daria pela participação igualitária (paritária) dos diferentes partidos na gestão da sociedade. Menos ainda faria sentido supor que essa democratização se daria pela participação paritária dos diferentes segmentos da sociedade: os

operários, os patrões, os médicos, os engenheiros, os camponeses, os proprietários de terra, etc.

Ora, também na universidade parece óbvio que as diferentes propostas de universidade não se configuram em função dos diferentes segmentos. Não seria sensato imaginar que os alunos se contrapõem, aos professores à base de diferentes propostas que aglutinariam, de um lado os alunos e, de outro, os professores. À base de diferentes concepções de universidade o mais comum é que determinada parcela de alunos, professores e funcionários assumam certa perspectiva ao passo que outras parcelas se identifiquem com outras concepções.

Parece, pois, que do ponto de vista político a defesa da paridade não adquire sólida sustentação.

1.3. O PONTO DE VISTA CORPORATIVO

Resta então, considerar que a defesa da paridade se alicerça em argumentos corporativistas. A corporação dos alunos reivindica perante a corporação dos professores um tratamento igualitário. Com efeito, o corporativismo, como o nome indica, se caracteriza pelo "esprit de corps". Supõe-se, pois, que a eventual diversidade de interesses porventura existente entre os alunos cederia em face de sua condição comum de alunos. O mesmo se aplicaria a professores e funcionários.

Entretanto, mesmo a nível corporativo, a questão não é tão tranquila. Isto porque, participando da gestão da universidade os alunos estarão se comprometendo explicita, formal e diretamente com os rumos que a universidade venha a tomar, legitimando em consequência as decisões, mesmo aquelas que eventualmente contrariem seus interesses corporativos.

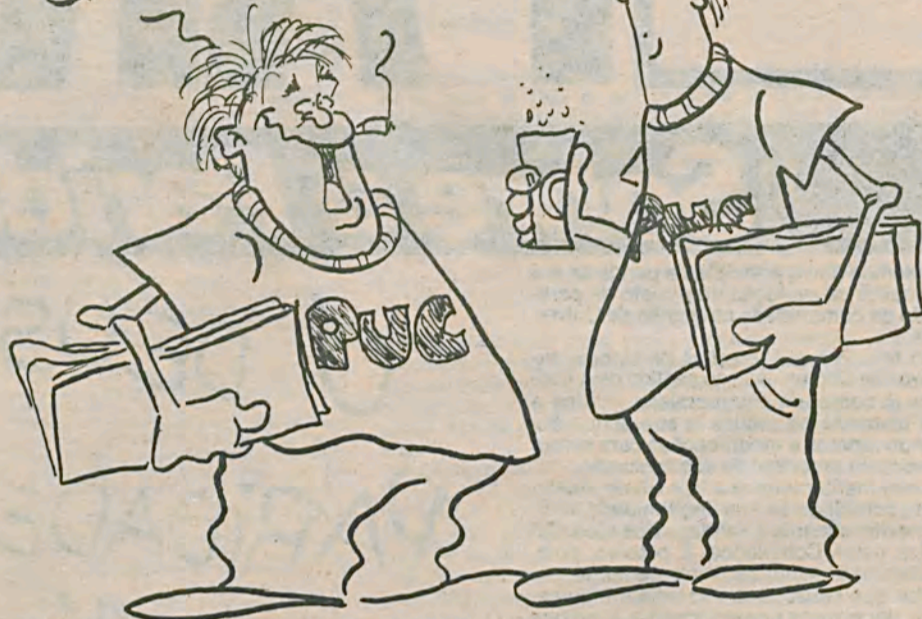
O problema acima levantado ficou bastante evidente quando, em face da crise financeira da PUC, há cerca de 3 anos surgiram propostas (no âmbito dos professores) de co-gestão da universidade. A época os professores tenderam a agir com a seguinte argumentação: "não nos cabe gerir a crise da PUC. A universidade que se vire para contornar suas dificuldades. A nós professores cabe reivindicar melhores condições de trabalho e de salário. A administração da universidade cabe encontrar os meios para atender as nossas reivindicações". Entretanto, quer se admita ou não, o fato concreto é que são os professores que administram a PUC.

Ora, através da paridade os alunos estarão participando, em igualdade de condições com os professores, da gestão da PUC-SP. Estarão eles conscientes das implicações e consequências dessa tomada de posição?

2. QUEM TEM MEDO DA PARIDADE?

Apesar das objeções acima levantadas que pretenderam contribuir para aprofundar o debate em torno do tema, penso que não há razão para nós, professores, temermos a paridade sendo que só temem a paridade aqueles professores cujas posições são nitidamente conservadoras e/ou que se sintam inseguros no que diz respeito à sua competência profissional. Isto porque, sendo a educação uma relação de hegemonia, alicerçada, portanto, na persuasão e não da coerção, dada a desigualdade que marca o ponto de partida da relação pedagógica, os professores gozarão sempre de um maior poder de persuasão em relação aos alunos. Além do mais, os jovens tendem normalmente a assumir posições progressistas ainda que nas crises de

DIZEM QUE É
UM NOVO GRUPO
DE ROCK!! MASSA,
CARINHA!!



mudanças acabem por voltar às suas origens de classe. (Ver a respeito. A. Gramsci, Os intelectuais e a organização da cultura, pp.52.53).

Nesse sentido eu seria mesmo tentado a propor que se abrisse espaço para se realizar, a título experimental, a gestão paritária. Dado os obstáculos legais, talvez uma saída fosse constituir uma espécie de gestão paralela. Isto significaria que os colegiados legais continuariam existindo segundo prevêm os atuais Estatutos. Paralelamente seriam constituídos os colegiados paritários (possivelmente na forma do projeto dos novos Estatutos). Os colegiados paritários tomariam as decisões "ad referendum" dos colegiados legais os quais, em princípio, homologariam aquelas decisões como faz atualmente o Conselho Universitário em relação às matérias que são de competência do Conselho de Ensino e Pesquisa. Tal experiência poderia ser realizada por um período de 2 anos, findo o qual talvez dispuséssemos de elementos sufi-

cientos para gerar senão um consenso total, pelo menos um consenso da maioria da comunidade universitária em torno das virtudes e defeitos da gestão paritária.

Tendo em vista a rotatividade dos alunos e o caráter transitório de sua presença na universidade, sua identificação com a instituição é tênue, diferentemente do que ocorre com os professores e funcionários. Consequentemente, é bem provável que, realizada a experiência acima sugerida, cheguemos à mesma conclusão a que Gramsci chegou a respeito das questões escolares. Após examinar algumas experiências de ensino renovado na Europa ele registrou a seguinte observação: "É útil acompanhar todas estas tentativas, que não são mais do que 'exceções', mais talvez para ver o que não se deve fazer do que por qualquer outra razão" (A. Gramsci, Os intelectuais e a organização da cultura, pág. 151).

(texto publicado no livro "A Universidade e outras falas")

Paridade e Autonomia Já!

Carlos Cavalcante (Psico. 4º ano)

Estão ocorrendo eleições para os Órgãos Colegiados Superiores.

Estes organismos são os responsáveis por aprovar as políticas para o governo da Universidade, e também por fiscalizar a ação da Reitoria. Por analogia, pode-se caracterizá-los como uma espécie de Parlamento Universitário. Isso na teoria.

Na prática, têm sido órgãos burocráticos e atrelados politicamente, desprovidos de iniciativa e portanto ineficazes para o que deles se espera.

Permito-me nomear duas razões:

1- Apesar de serem onde de direito deveria residir o poder, não o são de fato. A Reforma Universitária ao criar o modelo de poder cindido (entre os que "o pensam" e os que "o executam") terminou por determinar a centralização das decisões político-administrativas nas mãos das Reitorias. Os colegiados têm sido órgãos desinformados, que limitam-se a aprovar (consentir) as propostas trazidas pela Reitoria.

2- Os colegiados são compostos por professores. Nós, estudantes, somos considerados "irresponsáveis" e os funcionários "Ignorantes".

Para construir formas democráticas de governo, deve-se atribuir a nós últimos o estatuto de cidadania.

Os Colegiados, desprovidos da representa-

ção equânima dos três segmentos, têm estado distantes dos problemas cotidianos da universidade, advindo daí seu não reconhecimento como instância de interlocução confiável ao conjunto da Comunidade.

Ainda sobre sua composição, cabe apontar que os colegiados têm reproduzido um modelo de Universidade derrotado nas últimas eleições, a saber: o ajuntamento de institutos, faculdades, departamentos é o que estrutura a PUC.

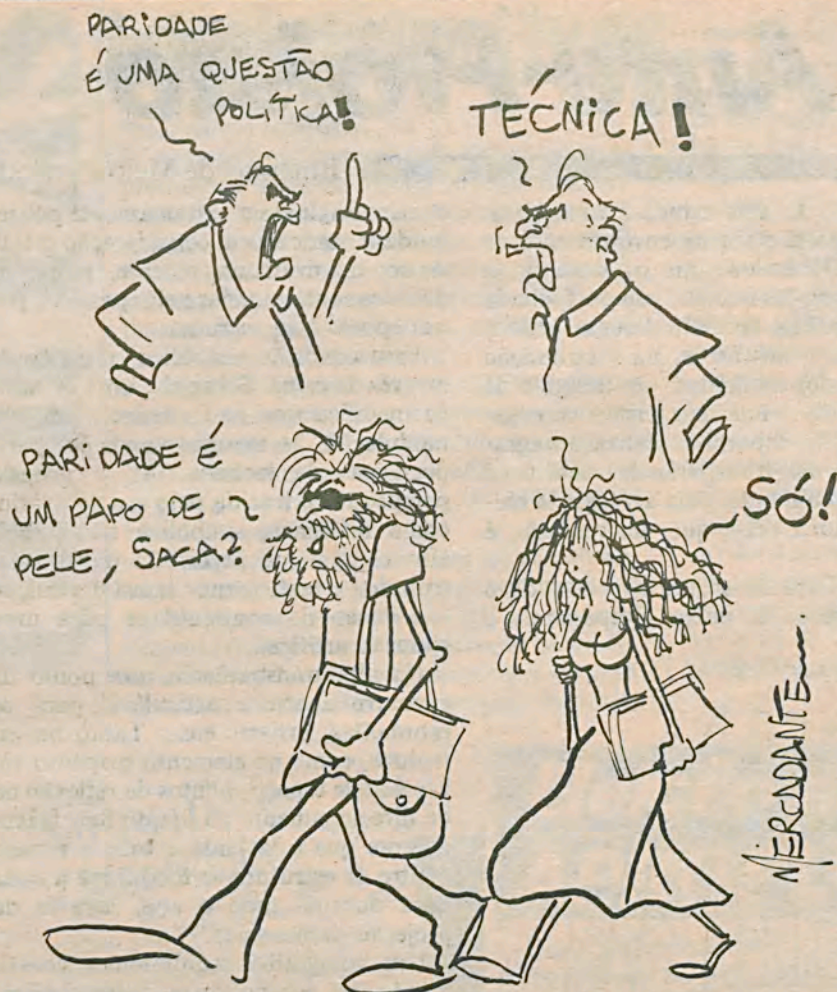
Nesse sentido, encontramos nos Colegiados Superiores um representante da Faculdade X, outro da Y e outro que representa o Instituto Z. Este modelo determina que as políticas de governo da Universidade sejam formuladas a partir da negociação e acomodação de distintos interesses, anteriormente constituídos, pois já representados.

Desta forma não são pessoas (ou grupos de) que são representadas por Conselheiros, mas instituições arbitrárias. Nem tampouco os interesses da Universidade, entendida como uma totalidade; há, entretanto, a representação de uma universidade mosaico.

SUGESTÕES

Com o propósito de participar do debate apresento as seguintes sugestões:

a) A Reitoria deve estar subordinada aos



Conselhos Superiores. Não há sentido em planejar e definir políticas para as quais não há obrigatoriedade de observância da autoridade executora.

b) Os Conselhos devem participar diretamente do governo universitário, tendo amplo acesso às informações e acompanhando a execução das resoluções.

c) Os Colegiados devem ser autônomos em relação à Reitoria. Atualmente as Presidências destes Órgãos não são eleitas, cabendo por "direito divino" ao Reitor e aos Vice-Reitores. Os Colegiados precisam ter própria iniciativa, começando pela eleição, entre seus pares, de suas mesas diretoras.

d) Os colegiados, todos eles, devem ser paritários, isto é, compor-se-ão de 1/3 de estudantes 1/3 de funcionários e 1/3 de professores.

Assim, partimos do reconhecimento das diferenças entre os papéis que cada segmento desempenha na especificidade do lugar

que ocupa no processo de ensino e pesquisa, para chegarmos à igualdade política através da cidadania. Esta talvez seja hoje a mais factível de minhas sugestões. É antiga reivindicação de estudantes e funcionários (a qual a Associação dos Professores não se opõe), e também compromisso expresso dos programas para a Reitoria, tanto do candidato vencedor, quanto do derrotado. Reveste-se, pois, de quase unanimidade. (Não?)

e) Devemos (os estudantes) eleger nossos candidatos através de chapas, com programas públicos, em eleições organizadas no conjunto da Universidade pelo DCE-Livríssimo da PUC-SP.

Assim elegeremos estudantes que representarão os estudantes, e não o imaginário burocrático.

Como mecanismo de controle da ação dos representantes pelos representados, é necessário subordinar o mandato dos eleitos às Assembléias e Reuniões do DCE.

A Paridade Na Composição dos Órgãos Colegiados da Universidade

Fábio Ulhoa Coelho (Chefe Gabinete)

Uma nova figura na estrutura das Universidades é a composição paritária dos seus órgãos, quer dizer, por igual número de representantes docentes, discentes e de funcionários administrativos. A idéia, embora envolva os demais segmentos da comunidade universitária, nasceu inegavelmente, da luta do movimento estudantil por uma representação nos órgãos de decisão das Instituições de Ensino Superior.

Desde a Reforma Francisco Campos, reconhece-se o direito de representação discente nos órgãos colegiados. O artigo 93, inciso "i" do Decreto 19.851, de 11 de junho de 1931, estabelecia como direito fundamental do corpo discente dos Institutos Universitários o de "fazer-se representar no Conselho Universitário". A proporção da representação estudantil em relação ao número de integrantes desses órgãos, contudo, não era objeto de atenção do legislador.

Foi em 1962, já sob a vigência do artigo 78 da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que também previa a representação estudantil nos órgãos colegiados universitários, sem contudo definir a sua proporção e, em decorrência da "greve de um terço", convocada pela União Nacional dos Estudantes, com vistas a garantir essa proporção de um terço dos órgãos colegiados para os representantes discentes na reforma estatutária por que passavam todas as Universidades para se adaptarem àquela lei, que o assunto ganhou importância.

Naquela oportunidade, o Conselho de Ministros, órgão do Poder Executivo em nossa incipiente experiência parlamentarista, determinou ao Ministro de Educação e Cultura, Professor Roberto Lyra, que formulasse consulta ao Conselho Federal de Educação, para que este se manifestasse quanto à proporção da re-

presentação discente nos órgãos colegiados universitários. A resposta do Conselho Federal de Educação a essa consulta foi discutida em Sessão de 1º de agosto de 1962, originando o Parecer nº 155.

Neste documento, o relator Abgar Renault afirma: "Em face do art. 78 da Lei de Diretrizes e Bases, a matéria da representação dos estudantes nos órgãos colegiados das Universidades e das Escolas Superiores isoladas é irrecusavelmente da competência dessas instituições. No primeiro caso, o órgão próprio é o Conselho Universitário; no segundo, a Congregação.

"Na presente organização do Estado e do Governo do Brasil, nenhum órgão, opinativo ou não, administrativo ou não, tem o poder de alterar tal situação. Alterá-la para o efeito de impor às Universidades e às Escolas Isoladas solução que somente a elas cabe procurar é, sem a mínima sombra de dúvidas, uma violência, e essa violência irá lesar precisamente o princípio da autonomia universitária".

Vale dizer, por omissa a legislação no tocante à proporção da representação estudantil, entendia-se, com toda a razão, que o legislador havia delegado a competência para disciplinar esta matéria a cada Instituição de Ensino Superior; reconheceu, em suma, que a composição dos órgãos universitários é assunto inscrito exclusivamente na esfera da autonomia universitária.

Com a edição da Lei 5.540, em 28 de novembro de 1968 (Lei da Reforma Universitária), a proporção da representação estudantil nos órgãos colegiados foi objeto de atenção, por parte do legislador, pela primeira vez. O artigo 38, § 3º desse diploma legal prescrevia: "A representação estudantil não poderá exceder de um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões".

O legislador deixou de considerar o assunto como de competência exclusiva da Universidade no exercício de sua autonomia e limitou a um quinto dos integrantes dos órgãos colegiados universitários, incluindo comissões, o número de representantes discentes, impedindo, desta forma, a composição paritária desses mesmos órgãos.

É evidente que não se pode desconsiderar o período em que este diploma legal foi editado. Vivía o direito nacional sob a égide dos Atos Institucionais e o direito estudantil a contemplar diplomas fortemente autoritários, como os Decretos-Leis 228, de 28 de fevereiro de 1967 (que, em substituição à Lei 4464, de 9 de novembro de 1964, alcunhada de Lei Suplício de Lacerda, impedia a livre organização de entidades estudantis independentes da estrutura universitária e do Estado) e 477, este de 26 de fevereiro de 1969 (que definia infrações disciplinares, de conteúdo político, praticadas por professores, estudantes ou funcionários universitários).

A quebra da autonomia universitária pelo legislador, ao excluir da competência das Universidades a de disciplinar livremente a composição de seus órgãos, foi apenas um dos muitos aspectos do regime de opressão e repressão que viveram, neste período, a Universidade e a Sociedade Brasileiras.

Com a chamada abertura política, muitos dos diplomas que deram sustentação legal aos atos de arbítrio da ditadura militar, foram revogados permanecendo em vigor alguns outros, aos quais hoje chamam de "entulho autoritário". Os Atos Institucionais e Complementares foram excluídos do direito nacional com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 11, de 17 de outubro de 1978. Os Decretos-Leis 228 e 477 foram revogados pela Lei 6.680 de 16 de agosto de 1979 (artigo 5º).

Esse mesmo diploma revogou os artigos 38 e 39 da Lei 5.540/68. Como a limitação da proporção da representação discente nos órgãos colegiados universitários a um quinto destes órgãos estava prevista no § 3º do artigo 38 da Lei da Reforma Universitária, revogado esse dispositivo, impunha-se entendimento semelhante ao vigente à época da disciplina da matéria pelo artigo 78 da Lei 4.024/62; ou seja, com a Lei 6.680/79, o legislador teria reconhecido, novamente, que a composição dos colegiados universitários é assunto compreendido pela autonomia universitária, cabendo, portanto, exclusivamente a cada Instituição de Ensino Superior definir a proporção da representação discente nos mesmos órgãos.

Mas não foi esse o entendimento do então Ministro da Educação e Cultura, que, com base no artigo 6º da Lei 6.680/79 (que o autorizava a expedir "normas que regulamentam as atividades da representação estudantil"), editou, em 31 de outubro de 1979, a Portaria nº 1.104, em cujo artigo 5º, § 2º, foi reintroduzido o limite de um quinto dos órgãos colegiados para a representação discente.

De sorte que, hoje, embora o legislador, pela revogação do artigo 38 da Lei 5.540/68, tenha disciplinado a matéria de forma idêntica àquela vigente na oportunidade em que o Conselho Federal de Educação considerou as Instituições de Ensino Superior como detentoras da exclusiva competência para fixar a proporção da representação discente nos seus órgãos colegiados, a verdade é que a edição deste ato (Portaria 1.104/79) excluiu a possibilidade de se afirmar esse entendimento.

Inclusive, se é válido o entendimento do Conselho Federal de Educação, no sentido de que o silêncio da lei no tocante a proporção de representação estudantil nos colegiados equivale ao reconhecimento da competência exclusiva das Universidades para definir o assunto, cabe questionar a própria legalidade e consequente constitucionalidade da referida Portaria Ministerial.

Bastaria, pois, a revogação do artigo 5º, § 2º da Portaria nº 1.104/79 pelo Ministro da Educação, para remover-se o único obstáculo jurídico à composição paritária dos órgãos colegiados das Universidades eis que enexistem dispositivos legais outros que tratam de proporção de representante de segmento da comunidade universitária nestes órgãos. Essa revogação significaria um reconhecimento da autonomia universitária. Aquelas Universidades que entenderem inoportuna ou inconveniente a paridade na composição de seus colegiados não estariam, evidentemente, obrigadas a incorporá-la, mas, por outro lado, aquelas universidades outras que a desejassem consagrar poderiam fazê-lo sem encontrar obstáculos jurídicos pela frente.

No entanto, a proposta de revogação deste dispositivo do diploma infra-legal poderia não corresponder às expectativas do movimento estudantil, posto que tornaria presente a possibilidade de as Instituições de Ensino Superior organizarem os seus colegiados com uma representação inferior à proporção de um quinto dos integrantes destes.

Assim, a proposta que parece a melhor, em vista à compatibilização do princípio da autonomia universitária com as reivindicações do movimento estudantil, seria a de conferir a seguinte nova redação ao § 2º do artigo 5º da Portaria 1.104/79, do Ministério da Educação: "A representação estudantil não será inferior a 1/5 (um quinto) dos integrantes dos órgãos colegiados das Instituições de Ensino Superior".

São Paulo, abril de 1985.

CULTUCA

Décio Pignatari

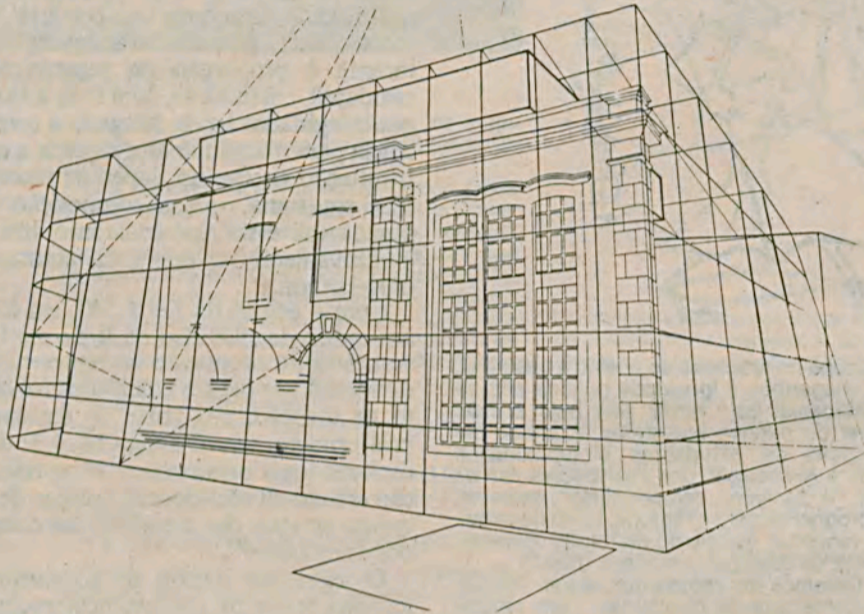
Utopia não é o irrealizável, mas apenas o surpreendente realizável. As forças contrárias que não querem que ela pinte é que a apregoam como irrealizável. Parece-me claro, dentro de uma lógica mais ou menos clássica: se tenho noção de um lugar, não me apetece conceber o que seja um anti-lugar, um não-lugar. Curiosamente, esta negação afirma a possibilidade do negado. O TUCA era um lugar (estou abreviando horrivelmente), que se transformou em não-lugar, com o incêndio. O pânico conservador, muito natural num primeiro momento, logo tratou de restaurar o lugar antigo. Ao contrário, sempre achei que, por obra do acaso e da tragédia, abriam-se espaço e tempo para a realização do surpreendente realizável.

Qual seria? O campus PUC da Monte Alegre é uma fantástica Cafarnaum cultural, um fenômeno, um milagre. Lembra-me o Santos Futebol Clube, que foi bi-campeão do mundo sem possuir sequer uma sede: as cabeças e pernas é que o fizeram. Imagino que foram as cabeças e, eventualmente, também as pernas nas rampas que fizeram da PUC uma universidade de frente no sistema universitário brasileiro. Um fenômeno, um prodígio, uma surpresa. É espantoso: esta PUC que aqui temos é exatamente uma utopia realizada que, por se haver realizado, tornou-se banal e redundante.

Não vou estender-me sobre a proposta utópica que venho fazendo há anos: é preciso que se organize desde já um grupo de trabalho que projete a PUC-SP do próximo século, em campi horizontais, verticais, centralizados ou descentralizados - para 30, 40, 50 mil alunos. Neste quadrilátero aqui das Perdizes, com apoios em quarteirões contíguos, erga-se um grande centro avançado de vivência e convivência culturais, vivíssimo, monu-

mento paulistano, paulista e brasileiro - para não dizer americano e universal.

Foi como início de sugestão desse movimento, em discurso pós-moderno, que Emanuel de Melo Pimento apresentou, por sugestão minha, o seu ante-projeto arquitetônico para o TUCA - a fachada como símbolo-ruína da grandeza de outrora, e um multiespaço interno, a céu aberto e fechado.



A sua breve apresentação ao seu projeto diz mais do que eu poderia dizer. Envelopado em vidro ou acrílico. Prisma cósmico espetacular e espetacular. Detalhamentos para uma verdadeira escola de artes cênicas, a serem desenvolvidos, de acordo com o pique e a vontade comunitárias.

Projeto Cultural

x

Projeto Técnico

Lucrécia Ferrara

Em conversa conosco, Lucrécia (Pós em Comunicação) deu a seguinte declaração:

“O TUCA funcionava mal como teatro. Já que vai ser reconstruído, então vamos melhorar as condições para atividades teatrais. Ou o TUCA é um salão de conferências - para isto foi construído - ou é um teatro (que assim se tornou por força do grupo TUCA). O TUCA não tinha condições estruturais para ser uma sala de espetáculos: se é esta a definição que se pretende, é melhor que se amolde adequadamente a profundidade do palco, a boca de cena. Quando ao balcão, tenho minhas dúvidas se duas salas de 120 lugares servem para algo. Pretende-se fazer convenções? Neste caso, as salas teriam condições ambientais adequadas de iluminação, de ventilação?”

Atrás da reconstrução existe a problemática maior, que é a PUC definir seu

projeto cultural. Não tem sentido inverter o processo, definindo primeiro o espaço e depois o projeto, que ainda é preciso amadurecer. Isto, parece-me, é colocar o carro na frente dos bois. O projeto cultural é uma forma de falar à comunidade mais ampla do que a interna. Tenho medo que se reconstrua o TUCA e mais uma vez não se saiba o que fazer com ele. O TUCA nasceu sem projeto por trás, como tudo na PUC. Vai-se ver e a comunidade quer um teatro, mas se constrói um salão de conferências (ou vice-versa): como fica?

Que sentido tem essa pressa em reconstruir, sem um debate mais sério? Não adianta substituir o antigo elefante branco por um elefante pardo. É preciso parar para se pensar o projeto cultural, num debate que deveria envolver os micro-organismos da comunidade e assim ir chegando a toda a comunidade”.

Ante-Projeto

Emanuel de Melo Pimenta

Na verdade, este estudo é uma idéia, uma proposta para desenvolvimento de projeto. Observa-se que o teatro tinha certas condições iniciais, como a fachada ultra simbólica, com um desenho kitsch, recuperando nos arcos, na distribuição simétrica dos elementos, um designio de outra época. Ainda, em termos de espaço, uma alta departamentalização agravada pela não-transparência, pela total falta de mobilidade, pela arrogância menor - alguma coisa que, na verdade, é nada.

Mas o Tuca fez-se, através de tudo o que aconteceu lá, outro. E apesar de o

projeto original ser extremamente pobre, ainda levando-se em consideração o fato de ser relativamente recente, teve suas paredes contaminadas pelas pessoas, por um época. Nasceu ruína.

Essa condição simbólica, recuperada através da ruína. Sobre ela, uma estrutura metálica que não obedece, em sua modulação, às mesmas condições perspectivas da fachada. Aí, a própria perspectiva é trazida pelo seu contrário, como referência simbólica não-verbal. Um código que perfura o outro, destruindo - e reafirmando nessa destruição - a ilusão da contiguidade para uma situação artificial.

Na alta transparência, um ponto de encontro aberto e articulável para os estudantes, artistas etc... Tanto na estrutura, como no elemento suspenso sobre aquele espaço, pontos de reflexão ou de direcionamento da luz do Sol, fazendo com que a fachada e todo o espaço dentro da estrutura se modifique a cada hora durante todo o ano, através da projeção da luz solar.

Um holograma arquitetônico constituindo um espaço cinza, intermediário entre o espaço interior e o exterior.

O que se apresenta agora não se trata de um projeto para o teatro todo, mas sim, apenas um fragmento de um estudo maior, que efetivamente integrasse todo o teatro como local de múltiplas atividades, para a PUC, para São Paulo.

Aqui, um estudo de fragmento do projeto total.

“NOVA MULHER”

Instituto de Beleza

Promoções

CORTE. 8.500 UNHA. 3.200
ESCOVA. 6.000 REFLEXO. 25.000

O seu penteado ou escova de 2ª. à 4ª. feira,
dá direito a uma manicure

Totalmente gratuita.

Oferecemos durante toda semana, uma promoção em nossa “Ala de corte infantil” preço único; Cr\$ 7.000

E para você, que frequenta aos sábados, um bingo inteiramente grátis, com prêmios especiais.

Este recorte do jornal, lhe dá direito a um brinde! É só retirar.

Rua Cardoso de Almeida, 715 Fone 65-4630

Administrativas

Prof. Alípio informa:

1- A anunciada comissão de alto nível para promover a reforma administrativa está trabalhando e prevê-se até final de junho a entrega de suas conclusões. Na verdade são 3 profissionais (em processamento de dados, em contabilidade e em administração) trabalhando especialmente e ao final serão juntados os relatórios finais.

2- **Cargos e Salários:** dias 20 e 21/5 todas as chefias administrativas estiveram reunidas num seminário. Ficou decidido que até o final deste semestre cada chefia vai levantar os problemas da própria área. AFAPUC também foi convidada.

3- **Inquérito Administrativo:** na edição anterior noticiamos que estariam sendo usados equipamentos e material da PUC em proveito individual. O processo de apuração foi cerca do mais absoluto sigilo profissional e durou 4 semanas, sendo feito pela própria Reitoria.

Respeitou-se, segundo o prof. Alípio, o Regimento e a rotina administrativa. Também foram ouvidas todas as chefias, setores jurídicos e o próprio funcionário envolvido. Assim, dia 30/5 saiu o ato do Reitor nº 28/85, que resolve:

Artigo 1º - Determinar a instauração de processo administrativo, em que figure como acusado o funcionário Odilon Ribeiro Júnior, segundo exposição da **Vice-Reitoria Administrativa**, (OF.R-322/85) que fica fazendo parte integrante deste ato.

Artigo 2º - Nomear os professores Ruy Cesar do Espírito Santo, Francisco Camargo Lima e Roberto Maurício Genofre para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Processante.

Artigo 3º - Decretar a suspensão preventiva do acusado durante o período em que perdurarem os trabalhos da Comissão Processante, nos termos do art.201 do Regimento Geral da Universidade.

(Luiz Eduardo Wanderley) Reitor

Culturais

aquELISTA

Em maio foi lançado o livro "AQUARELISTA", com fotos de Célia M. da Ávila e texto da nossa profª Salma Tannus Muchall, do curso de Filosofia. Trata-se de uma luxuosa edição em papel couchê, de 3 mil exemplares com 53 fotos. A venda em boas livrarias.

INTERAÇÃO

Vimos observando o crescimento e maturidade da revista "Interação", votada especialmente para o professor. O nº 10 traz entrevistas com Décio Pignatari (sobre o computador na escola), de Dermeval Saviani (sobre as idéias que formam nossa escola), de Mª José Gordo Palo e Mª Prazeres Mendes (sobre o livro infanto-juvenil) e mais outros. O telefone da redação é 287.4611. A distribuição é gratuita.

SILVIO ROMERO

São 2 milhões pela melhor monografia sobre o folclore brasileiro. Os trabalhos devem ser entregues até 25 de junho, ao Inst. Nac. Folclore, na rua do Catete, 179, Rio de Janeiro.

CENAFOR

Em junho, o CENAFOR promove dois cursos: "Imagem e Texto na elaboração de materiais educativos" (de 10 a 28/6). Ocenafor tem o tel. 228.1922. Pode usar.

MEPHISTO /Identidade

Dia 12/ junho, às 18.30h., na sala 333 do P. Novo, haverá apresentação do filme Mephisto (dirigido por Stevan Szabo), seguido de debate.

A promoção é do Grupo de Pesquisa sobre Identidade "José Roberto Marlupe" e o debate contará com a presença de Antonio Costa Ciampa (coordenador) e Alberto Advindula Reis, José Mario Ortiz e Marilisa Tafarel (debatedores).

Na mesma oportunidade o Caderno PUC, nº 20, "Identidade: Teoria e Pesquisa", com os anais do II Encontro Interdisciplinar sobre Identidade, realizado na PUC em maio de 84.

Eleição na APROPUC

Desta vez parece que vai! O processo eleitoral na APROPUC será o seguinte: - inscrição de chapas: até 21/6 - eleição: dias 24 e 25/6. Segundo fontes oficiais, está sendo pensada uma chapa integrada por Ruy do Espírito Santo (cf.edição anterior), por Celso Fiorillo e outros companheiros. A intenção é abrir mais atividades e serviços e chamar à participação mais amplas. Candidatos, apareçam neste jornal! (EM TEMPO: está sendo distribuído um questionário para saber "qual é a do associado". Colabore!)

Assessoria de Imprensa

1- **NOSSAS FONTES:** enviamos a todas as "autoridades acadêmicas" uma carta solicitando que informasse as pesquisas realizadas pelos professores dos respectivos setores, para que assim pudéssemos divulgar seu trabalho para a imprensa. Agradecemos a atenção do Pós em Administração, IRLA, Fac.Ci.Sociais, Depto. Geografia, IEE, Fac.Psicologia, Disciplina de Doenças Infecciosas e profs. Pedro Jacob e Alberto Fidellini. Aos outros informamos ainda precisar das informações... em seu próprio interesse e no da ciência.

2- **3º ENCONTRO DE ASSESSORES** de Comunicação em Instituições de Ensino Superior, realizado em Goiânia de 29/4 a 3/5, com a presença de 36 profissionais (o Jorge Cláudio, do PORANDUBAS, também foi). No encontro, encerrado por Marco Maciel, tratou-se de estrutura funcional das Assessorias, de relacionamento com entidades sindicais, de se manter não-alinhamento frente ao Sistema de Comunicação do Poder Executivo (que tem sub-sistemas em todos os Ministérios). No mais, troca de informações, de experiências e de material (foi PORANDUBAS de montão e mais aquele mural que foi feito em 1984, o "É Hoje!", lembra-se?).

3- **Simpósio com a Folha**, amplamente divulgado pela própria e por este jornal.

foi um sucesso. No 1º dia, tratou-se de distribuição mais democrática de verbas para pesquisa, de eleições diretas para Reitor, de destinação democrática da pesquisa voltada para a maioria da população. No 2º dia (acontecido na PUC, com público três vezes maior que nos outros dias, e muito mais animado) falou-se dos novos caminhos que a universidade deve começar a trilhar para se inserir de forma não cooptada ou obediente na sociedade. O 3º dia trouxe questões como a criatividade do pesquisador e as condições materiais (as verbas de novo) para seu trabalho. Os debates tiveram grandes momentos e a EDUC está pensando em editá-los. Participaram, da PUC, os professores Wanderley, Silvia Lane, Ianni, Nádia Ruiz, José Queiro, Ruy do Espírito Santo e (na organização) esta Assessoria de Imprensa.

4- **NOSSAS TESES:** a pedido desta Assessoria, a CEDIC (Unidade Central de Documentação e Informação Científica da PUC) elaborou preciosa listagem com dados de todas as teses defendidas na PUC. Na presença do Reitor esta listagem foi doada dia 28/5 à TV Cultura que a solicitara para suas fontes na produção do programa "Temas e Teses", a estrear em agosto.

Banca do Amaral



É verdade que o Amaral (aquele da "banca do Amaral") sabe fazer amigos, tanto entre os estudantes — com saldos de 50% de desconto — como entre alguns funcionários — no Natal há generosa e bem-vinda distribuição de garrafas de cidra. Mas também é verdade que sua banca, atravancando o espaço de circulação, trouxe perigosos precedentes. Assim sendo a banca do Amaral ficou confinada (em parte, já que o baú de livros está na rua) ao, digamos, ecumênico espaço do CACS. Os estudantes mais chegados chiaram com a Vice-Reitoria Comunitária e parece que está pintando uma solução que seria a implantação de um serviço de aluguel de livros (embora haja mais gente interessada no esquema). Até pode sair um espaço mais digno para a atividade.

GABEIRA !...

...Marina Colassanti!... Paulo Mendes Campos! são os escritores que participam do "Encontro Marcado" na PUC (é, aqui!), respectivamente dia 12/6 às 20 h.; e dias 13/6, e 14/6 às 10h. O encontro será na sala 239. O projeto é patrocínio da IBM e a iniciativa é do Depto.Arte, através da Samira.

TUCA

* Dia 18/6 à noite, no Maksoud Plaza, acontece o 2º Leilão de Arte em prol do TUCA, em que serão leiloadas cerca de 100 obras. VOCÊ está convidado a ir (e a comprar, naturalmente).

* Completo sucesso a apresentação de Artur Moreira Lima no Palácio Bandeirantes. Quem foi (cerca de mil pessoas) adorou e deixou 30 milhões para a reconstrução do teatro. Paralelamente houve muitos contatos proveitosos para a campanha, em novas promoções e doações.

* Confira novas contribuições para o debate quanto ao uso do teatro na página 6.

CERP Eleições

A entidade representativa dos alunos de Pós-Graduação teve eleições entre os dias 29/maio e 4/junho. Inicialmente duas chapas inscritas, a da situação (Chapa 1) e a "Oposição e Pesquisa" (Chapa 2), mas a primeira se retirou da disputa.

"Oposição e Pesquisa" se apresenta como uma comissão, formada por 9 membros e se propõe, segundo Fátima (uma das componentes), "a resgatar o CERP enquanto lugar de manifestação e posicionamento do pós-graduando e aprofundamento do debate sobre a pesquisa, que é a nossa principal preocupação".

discos

Feira Moderna

USADOS E NOVOS

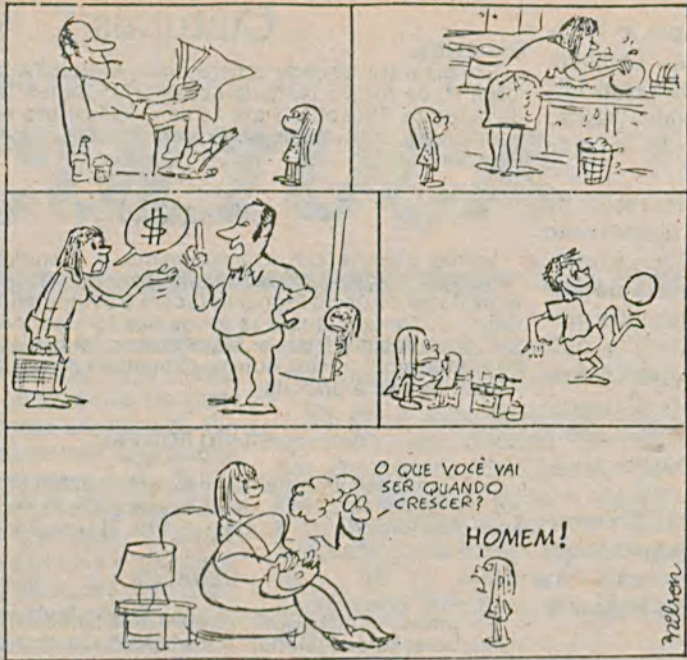
Raros, fora de catálogo, nacionais e importados - MPB - jazz - Rock
compra - venda e troca
Aberto das 10 às 19 h - Sábado das 9 às 14 h.

Venha nos conhecer !!!

Rua Ministro Godoy, 1122 - Fone: 872-4761

AUTO ELÉTRICO
E MECÂNICA
SÃO JUDAS

Partes elétricas e mecânica em geral
Socorro Mecânico
Baterias Novas e reconhecidas
Rua Franco da Rocha 622 (Esq.c/
Bartira) fone 262-9319 - Perdizes



Que História é Essa?

O Grupo de Educação Popular (GEP), ligado ao URPLAN, que é um instituto da PUC voltado para questões de planejamento regional e urbano, está lançando dois tipos de publicações. A primeira é o "Cadernos do Trabalhador" e a outra — nova — que se denomina "Que História é Essa?". O primeiro número — esgotado — recém-lançado — trata de educação para o trabalhador (a partir de depoimentos de operários e operárias e da experiência de uma escola gerida pelos próprios trabalhadores).

Também recém-lançado o 6º número do Cadernos do Trabalhador chama-se "A Tomada da Pial" e trata dos 8 dias de ocupação da Pial, em agosto/84. Aliás este é chamado o "mês do facão", quando os estoques estão altos e as demissões acontecem.

Interessados em adquirir estes e outros materiais, telefonem para 65-7715.

Bolsa de Empregos & Estágios

Brevemente você não precisará ficar procurando em cada mural da Universidade um anúncio de estágio/emprego que lhe interesse. É que a Coordenação Geral de Estágio (ramal 328), a partir de grande número de ofertas que tem surgido resolveu, em conjunto com a Vice-Reitoria Comunitária, acionar um grande painel de divulgação de estágio/emprego que reunirá todas as ofertas da semana e que será inaugurado no próximo dia 10. O painel ficará localizado na Boca da Rampinha do Prédio Novo.

Parece que a partir dessa experiência a Coordenação de Estágios estará se organizando para poder oferecer um serviço de colocação para os alunos da PUC. Aguardem!

• **Auxiliar de escritório** — Com prática de contabilidade. Interessados comparecer à Rua Luiz Goes, 867 - sala 02 - Vila Mariana - falar com Maria Helena ou Salles.

Estágios

• **Psicologia** — Indústria Novak. Interessados telefonar para 291-3422 falar com Idelmo.

• **Psicologia** — Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores, período Integral, interessados comparecer à Avenida Alfredo Egidio de Souza Aranha, 100 falar com Eunice.

• **Psicologia** — 3º e 4º anos. Interessados comparecer à Rua 7 de abril, 277 1º andar.

• **Serviço Social** — Alparagatas - Interessados ligar para 292-0011.

• **Serviço Social** — Industrias Novak - Interessados ligar para 291-3422 falar com Idelmo.

• **Serviço Social** — Unibanco - Comparecer à Rua Dom José de Barros, 264 4º andar com M. Maria José.

• **Informática - Vendedor** — Interessados comparecer à Rua Cristiano Viana, 280.

• **Pedagogia** — SID - Comparecer à Rua 13 de maio 900, 1º and. ou Tel: 285-6821 — 251-5418.

• **Administração e Contábeis** — Unibanco - Interessados comparecer à Rua Dom José de Barros, 264, 4º andar - falar com Maria José.

• **Contábeis** — ACECO - comparecer à Rua Cristiano Viana, 280.

• **Administração** — Alcan ALumínio do Brasil - comparecer às 2a. e 4a. feiras à Rua João Correia de Sá, nº 40 — falar com Sirley.

• **Ciências Sociais** — CEAGSP - Interessados telefonar para 260.3366 r. 4436 falar com Eva.

• **Psicologia** — FUNDAP - Rua Cristiano Viana 428 - tel: 881-5311.

• **Economia** — Volkswagen - informações na Coordenação de Estágio prédio sede.

Teses

(sala 239)

• 10/6 - 9h. - "O símbolo E de Hilbert em lógica paraconsistente", de Mineko Yamashita, em Doutorado de Matemática. Orienta: Dr. Newton Costa.

• 10/6 - 14h. - "Descrição e paraconsistência", de Celina A.A. Pereira Abar, em Doutorado de Matemática. Orienta: Dr. Newton Costa.

• 11/6 - 9.30h. - "Identidade sexual e orientação familiar na hiperplasia", de Maria Stella G. Moreira, em Psic. Clínica. Orienta: Dra. Mathilde Neder.

• 13/6 - 14 h. - "Valores em educação - O problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática operativa", de Sônia Ap. I. Silva, em Sup. Currículo. Orienta: Dra. Myrtes Alonso.

• 14/6 - 10 h. - "Influência da ingestão aguda de bebidas alcólicas sobre o aparelho cardiovascular: Observação clínica, eletrocardiografia e laboratorial", de Sergio Rocco João, em Dout. Medicina (Sorocaba). Orienta. Dr. Hudson Hubener França.

• 14/6 - 15.45h. - "Procedimento de análise para estudo de texto-contribuição à gramática textual", de Claudio Carlos de Oliveira, em L. Port. Orienta: Dra. Cília Coelho Pereira Leite.

• 14/6 - 9.30h. - "Aproximação a uma aplicação metodológica da investigação: Estudo de um experiência participativa no bairro Coqueiral em Aracruz — Espírito Santo", de Beatriz M. Krohling, em Serv. Social Orienta: Dra. Maria Lucia Carvalho da Silva.

• 17/6 - 14.30h. - "A escola e a criança de 1º grau", de Lizete S.B. Maciel, em Sup. Currículo. Orienta: Dr. Joel Martins.

• 18/6 - 14h. - "Educação: contribuição do pensamento crítico no Brasil", de Nicanor Palhares Sá, em Dout. de Educação. Orienta: Dr. Casemiro dos Reis Filho.

• 21/6 - 8.30 h. - "Movimento estudantil. A UNE na resistência ao golpe de 64", de José Luis Sanfelice, em Dout. Educação. Orienta: Evaldo A. Vieira.

• 21/6 - 14h. - "Imagens da sombra coletiva no Japão surgidas nos contos de fada japoneses e refletidas nos sonhos de criança", de Maria Luiza Hatanaka, em Psic. Clínica. Orienta: Dra. Lucia B. Keller.

Voto do Analfabeto

Nossa reportagem colheu de Paulo Freire a seguinte declaração acerca do recém-aprovado voto do analfabeto:

"Minha reação não é apenas a do educador que dedicou grande parte de sua vida — desde o começo da juventude — considerando que analfabeto não é só aquele que não pode ler e escrever mas aquele que tem sido proibido de fazê-lo. Minha reação é também a de um cidadão brasileiro, de um homem político. Sempre pensei o quão violento era negar ao analfabeto o direito da cidadania e ao mesmo tempo cobrar impostos a ele. O analfabeto pagava o imposto para a classe dominante escolher o Presidente. O argumento de que o analfabeto não tem competência para escolher é igual ao que diz que a classe trabalhadora não gosta do que é bom porque quem sabe e gosta de coisa boa é a classe dominante. O argumento é elitista e reacionário."

Finalizando, como cidadão brasileiro, fico contente de estar vivo ainda, quando finalmente na história dessa República é possível ao analfabeto escolher. Lamento um sem-número de amigos que se foram deste mundo sem ter presenciado a colocação em prática deste direito. Aos 63 anos, pude ter esta alegria cívica".

Bolsas Atrasadas

Continua atrasado o pagamento, das bolsas da CAPES aos pós-graduandos de várias universidades. Isto, segundo os bolsistas ocorre todo semestre, sempre com explicações e informações desencontradas por parte dos vários órgãos responsáveis. Desta vez o atraso foi de 2 meses (março e abril), mas havia gente que não tinha recebido sequer janeiro. Houve mesmo um caso de cheque sem fundo dado em pagamento do mês de abril para um bolsista.

Diante desta situação pós-graduandos da PUC, USP, Piracicaba, UNICAMP e São Carlos estão fazendo reuniões periódicas: a próxima será dia 16/junho, em Campinas para discutir, não apenas o problema dos atrasos no pagamento, para os quais querem uma solução definitiva, mas, também, toda a política de pesquisa implementada no Brasil pelo MEC e o Min. de Ciência e Tecnologia.

Fotopaixão

(II)

Foi adiada a 2ª Jornada de Fotografia, que anunciamos na edição 96. Agora será de 13 a 16 de junho e está aberta a todos os estudantes de comunicação do Brasil! A taxa de participação, incluindo refeição e alojamento é de 25 paus. Haverá debates dia 14; às 16h. com Arlindo Machado sobre "Arte e Linguagem Fotográfica" — às 20h. com Iatã Cannabrava sobre "Mercado de Trabalho". Dia 15, debates às 17.30h. com Olício Pelosi sobre "O Ensino de Fotografia." Mais informações com Walter pelo tel. 263.0211 r.224.

Tchau, Bemvindas

Ester Pascarelli, a Ester do Centro de Educação agora está trabalhando na Reitoria, ramal 278. Ela manda um grande OBRIGADO aos amigos e se coloca a disposição no novo cargo. Em seu lugar está a Roseli Mayer, como encarregada. Além dela, voltou a Dodora, encarregada, que entrou no lugar da Rosina.

Anúncios Populares

• **SERVIÇOS DE DACTILOGRAFIA** - Máquina elétrica IBM. 2.250 a folha espaço 1.1/2 e 2.000 a folha espaço 2. Tradução - Espanhol - Português 3.000 a folha. Interessados ligar para 36-3791 ou 36-8998 falar com Norma.

• **APARTAMENTO ÁGUA-BRANCA - VENDE-SE**. Um dormitório, sala, cozinha e banheiro - Av. Francisco Matarazzo - Próximo ao Parque da Água Branca - preço de ocasião Cr\$ 30.000 - Tratar com Claudina pelo fone: 203-0895.

• **PRODUTOS NATURA** - Tratamento corpo, rosto e cabelo - maquiagem. Edvane tel. 263-3368.

• **VIVÊNCIA CORPORAL INTEGRATIVA** - Utilizando técnicas de massagem. Relaxamento e movimentos. Atendimento: Individual e Grupos pequenos. Psicoterapeuta: Sandra Bomfim. Informações tel: 212-0470.

• **VAGAS** para moças, aluga-se, em frente à PUC. Com telefone, roupa lavada e passada. Falar com Tânia: 872-2877.

LIVRARIA
LIVRARIA SOPA
SOPA DE PAPEL
Novos e Usados
Venda a crediário
Rua Ministro Godoy 1122
872-4761

Cabeleireiro Magnus

DESCONTOS ESPECIAIS PARA ESTUDANTES

Para cada alisamento você ganha grátis o penteado para limpeza de pele com produtos naturais você recebe grátis uma consulta dos especialistas da MAGNUS.
RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1524
FONE: 263-9050
próximo ao ponto final do Machado de Assis.

Raffaella Bar e Restaurante
Venha conhecer os
deliciosos sanduiches quentes e frios na lanchonete do térreo em lugar agradável e aconchegante e na parte superior Restaurante típico italiano com as verdadeiras massas e carnes italianas.
RUA JOÃO RAMALHO, 334
Tel: 62-1431



Clube e locadora de Video
Video cassette e video game
Filmes e revelação KODAK
Promoções especiais

Rua Ministro Godoy 1122
872-4761